
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTICC

1) Identificação da reunião

Data	Horário			Local	Coordenação
06/12/2023	Início:	16:00	Término: 18:00	Auditório da CGU	SE-CGU

2) Pauta

ABERTURA
APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO
ENCERRAMENTO

3) Participantes

MEMBROS DO CONSELHO		
Órgão/Entidade	Nome	Condição
CGU	Vinícius Marques de Carvalho	Presidente do CTICC/Ministro
ABRAJI	Katia Cilene Brembatti	Titular
Abrig	Carolina Amaral Venuto	Titular
Agenda Pública	Sergio Rodrigo Andrade	Titular
AGU	Diogo Luiz da Silva	Titular
Artigo 19	Paulo José Lara	Titular
Casa Civil	Maricy Valleta	Titular
CEDRA	Cristina Lopes da Silva	Titular
CNI	Hávila da Nobrega Oliveira	Titular
Conectas	Camila Lissa Asano	Titular
Fiquem Sabendo	Maria Vitória Ramos	Suplente
Grupo de Pesquisa Politeia - UDESC	Paula Chies Schommer	Titular
IBGC	Renan Perondi	Suplente
IBPT	Gilberto Luiz do Amaral	Titular
Instituto Ethos	Felipe Saboya	Suplente
MDHC	Sérgio Nogueira Seabra	Titular
MDIC	João Gabriel Miranda Alves Pereira	Titular
MGI	Francisco Eduardo de Holanda Bessa	Titular
	Ana Carolina Quintanilha	Suplente

ATA nº 04
2º REUNIÃO ORDINÁRIA

Ministério da Fazenda	Dany Andrey Secco	Titular
Ministério do Planejamento e Orçamento	Patrícia Alvares de Azevedo Oliveira	Titular
OAB	Kelly Oliveira de Araújo	Titular
OXFAM Brasil	Jefferson Rodrigo do Nascimento	Titular
SEBRAE	Gabriel Bravo	Suplente
Secretaria-Geral da Presidência da República	Usiel Rios	Titular
Transparência Brasil	Juliana Mari Sakai	Titular
UFMG	Leonardo Avritzer	Titular
UNACON	Elaine Niehues Faustino	Titular
UNB	Graziela Dias Teixeira	Suplente
USP - Faculdade de Direito	Sheila Cristina Neder Cerezetti	Titular
CONVIDADOS PERMANENTES		
Órgão	Nome	Condição
Conselho Nacional de Justiça - CNJ	Paulo Cesar Rodrigues	Convidado Permanente
Tribunal de Contas da União - TCU	Hamilton Caputo Delfino Silva	Convidado Permanente
SUPERINTENDENTES REGIONAIS da CGU		
Órgão Regional	Nome	Cargo
CGU/R- AC	Osmar Nilo de Jesus Lima Bezerra Neto	Superintendente
CGU/R- AL	Nelton Martins Yin Filho	Superintendente
CGU/R- AM	Maria Esmeralda Rodrigues	Superintendente
CGU/R- AP	José Iran Ataíde dos Santos	Superintendente
CGU/R- BA	Romualdo Anselmo dos Santos	Superintendente
CGU/R- CE	Luiz Fernando Menescal de Oliveira	Superintendente
CGU/R- ES	Olavo Venturim Caldas	Superintendente
CGU/R- GO	Adenísio Álvaro Oliveira de Souza	Superintendente
CGU/R- MA	José Antônio de Carvalho Freitas	Superintendente
CGU/R- MG	Tânia Santiago Braga Oliveira	Superintendente
CGU/R- MS	Gilberto Ricardi	Superintendente
CGU/R- MT	Daniel Gontijo Motta	Superintendente
CGU/R- PA	Lorena Pinho Morbach Paredes	Superintendente

ATA nº 04
2º REUNIÃO ORDINÁRIA

CGU/R– PB	Diovana Nogueira Guadanini	Superintendente
CGU/R– PE	Conceição Policarpo Correia	Superintendente
CGU/R– PI	Hélio Silva de Sousa Benvindo	Superintendente
CGU/R– PR	Ricardo Jhum Fukaya	Superintendente
CGU/R– RJ	Carlos Henrique de Castro Ribeiro	Superintendente
CGU/R– RN	Rogério Vieira dos Reis	Superintendente
CGU/R– RO	Sônia Maria Mendes Moraes Silva	Superintendente
CGU/R– RR	Alessandre Franklin Evangelista Pinagé	Superintendente
CGU/R– RS	Dávison Wisniewski de Souza	Superintendente
CGU/R– SC	Patrícia Maria Quintanilha de Moura	Superintendente
CGU/R– SE	Bruno Fabiano Soares de Oliveira	Superintendente
CGU/R– SP	Fábio da Silva Araújo	Superintendente
CGU/R– TO	Isa Mary de Carvalho Lima	Superintendente
AUTORIDADES E SERVIDORES da CGU		
Área	Nome	Cargo
Corregedoria-Geral da União - CRG	Ricardo Wagner	Corregedor-Geral
Gabinete do Ministro	Flávio Prol	Chefe de Gabinete
	Anjuli Tostes Faria	Assessora Especial
	Iagê Zendron Miola	Assessor Especial
	Felipe Moreira de Carvalho	Assessor
Ouvidoria-Geral da União - OGU	Rodrigo Lofrano	Diretor
Sec. de Integridade Privada - SIPRI	Marcelo Pontes Vianna	Secretário
	Cristine Kohler Ganzenmuller	Coordenadora-Geral
Sec. de Integridade Pública - SIP	Marcelo de Brito Vidal	Coordenador-Geral
	Raquel Aparecida Pereira	Coordenadora-Geral
Sec. Federal de Controle Interno - SFC	Ronald Balbe	Secretário
	Eveline Martins Brito	Secretária Adjunta
	Tiago Chaves Oliveira	Coordenador-Geral

ATA nº 04
2º REUNIÃO ORDINÁRIA

Sec. Nacional de Acesso à Informação - SNAI	Ana Tulia de Macedo	Secretária
	Fernanda Montenegro Calado	Chefe de Gabinete
	Karla Camila Menezes Vieira	Chefe de Gabinete
	Caio Cesar Almeida Rocha	Assessor
	Cibelle Cesar do Amaral Brasil	Diretora
	Danielly Gontijo	Diretora
Secretaria-Executiva	Claudio Torquato da Silva	Secretário-Executivo Adjunto
	Fabio Felix Cunha da Silva	Chefe de Gabinete
Outros participantes		
Órgão/Entidade	Nome	Cargo/condição
Abrig	Rafael Piva Neves	Convidado do GT 2
IBPT	Priscila Dias	Convidado dos GTs 3 e 4
MGI	Dilson Gonzaga Pereira Neto	Convidado do GT 3
Transparência Internacional Brasil	Maria Dominguez	Representante
Equipe de Apoio		
Área	Nome	Cargo
Secretaria-Executiva do CTICC	Cícera Monteiro	Apoio de Gabinete
	Iasmin Leiros	Apoio de Gabinete

4) Ausências

Órgão/Entidade	Nome	Justificada	Compareceu suplente/representante
Abong	Juliane Cintra de Oliveira	Sim	Não
CFEMEA	Guacira Cesar de Oliveira	Sim	Não
CISER PR	Edson Leonardo Daléscio Sá Telles	Sim	Não
CONACI	Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda	Sim	Não
FGV - Direito	Raquel de Mattos Pimenta	Sim	Não
FGV - EPPG	Fernando Luiz Abrucio	Sim	Não
Fiquem Sabendo	Bruno Schmitt Morassutti	Sim	Sim
Fórum de Empresas e Direitos LGBTQIA+	Reinaldo Bulgarelli	Sim	Não
IBGC	Valéria Mandia Café	Sim	Sim
INESC	José Antônio Moroni	Sim	Não

Instituto Ethos	Caio Luiz Magri	Sim	Sim
MJSP	Augusto de Arruda Botelho	Sim	Não
Open Knowledge Brasil	Fernanda Campagnucci Pereira	Sim	Não
Pacto Global - Rede Brasil	Carlo Linkevievius Pereira	Sim	Não
SEBRAE	Décio Nery de Lima	Sim	Sim
Transparência Internacional Brasil	Bruno Andrade Brandão	Sim	Sim
UnB	Suylan de Almeida Midlej e Silva	Sim	Sim

5) Reunião

5.1 Abertura

Comentário	Membro
Iniciou a reunião saudando e agradecendo a participação do público presente. Mencionou que o trabalho do conselho foi intenso, com 25 reuniões dos diferentes Grupos de Trabalho já realizadas, e que pretende levar nas agendas com o Presidente Lula o trabalho desenvolvido pelo CTICC. Trouxe a síntese do plano de trabalho, esclareceu os vários eixos e objetivos e explicou sobre o caráter vivo do plano. Explicou que, no próximo semestre, será desenvolvida agenda que vai dialogar com os atuais produtos, com eixos pautados na melhoria da qualidade de políticas e uso de recursos públicos, transparência, relação público privada, e combate à corrupção. Cada eixo vai ter objetivos estratégicos a partir dos quais serão geradas ações palpáveis e vinculadas ao trabalho da CGU e a políticas e programas específicos dos ministérios. Mencionou que o Brasil presidirá o G20 em 2024, e que a CGU ficará responsável pela coordenação do Grupo de Trabalho Anticorrupção.	Vinícius Marques de Carvalho (Ministro / Presidente do Conselho)

5.2 Desenvolvimento da Pauta

Comentário	Membro
Agradeceu à equipe de apoio. Explicou como acessar o plano de trabalho por link e QR Code apresentados no folder que foi distribuído aos membros presentes na reunião. Informou que o plano de trabalho tem caráter dinâmico, visto que é atualizado constantemente à medida que os trabalhos avançam. Explicou a metodologia de coordenação dos grupos, conforme regimento interno, e que na	Fábio Félix (Chefe de Gabinete – SE)

próxima reunião já teremos os nomes de coordenadores da sociedade civil para coordenação dos GTs em conjunto com os atuais coordenadores das secretarias finalísticas da CGU. Passou a palavra para os coordenadores de produtos dos GTs.	
Apresentou os temas específicos e produtos do GT 1 – Governo Aberto, sobretudo a entrega do 6º plano de ação a ser realizada em 31 de dezembro, conforme prazo da OGP. Agradeceu às instituições do CTICC pelas contribuições que possibilitaram a realização deste trabalho. Informou que os próximos passos serão o monitoramento e revisão do plano de ação, além de outras iniciativas e ações estratégicas a serem desenvolvidas.	Raquel Pereira – Coordenadora-Geral (SIP).
Apresentou os temas específicos e produtos da SFC no GT2. Informou que a interlocução com o CTICC foi muito positiva e enriqueceu o processo de comunicação e planejamento da SFC. Esclareceu que, quanto à criação do painel de transparência ativa de recomendações da CGU, já está em contato com a área de tecnologia para desenvolvimento da ferramenta. Além do produto da SFC, também falou sobre o produto coordenado pela Anjuli Tostes. Relatou que há previsão de contratação de consultoria para apoiar na construção de capacitação para o controle social, além das capacitações que já estão em curso.	Tiago Chaves – Coordenador-Geral (SFC).
Falou sobre o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), ressaltando que se trata de uma política pública. Pediu que os membros do conselho contribuam com o preenchimento do questionário que foi disponibilizado ao GT2, formulando perguntas que possam ajudar o MGI a identificar riscos, variáveis ou parâmetros de aferição, além de sugestões para as próximas edições do Concurso. Todos os membros do CTICC podem contribuir com o questionário, mesmo que não tenham assinado o termo de sigilo e confidencialidade. O referido termo somente será requerido para os membros do GT que venham a participar das reuniões de monitoramento que serão realizadas com a equipe do MGI.	Francisco Bessa – (MGI).
Mencionou que o questionário do MGI sobre o CPNU será enviado novamente nos meios de comunicação do CTICC para todos os membros.	Fábio Félix
Apresentou o produto da OGU, que ainda está sob avaliação do GT, referente à proposta de incorporação de avaliação da Lei 13.460/2017 em território nacional. Esclareceu que há uma dificuldade em implementar esta avaliação tendo em vista a amplitude da lei, mas que seria viável realizar uma pesquisa nacional de avaliação dos serviços federais centrada na experiência dos usuários. Falou sobre a necessidade de estabelecer junto com os membros do GT os critérios	Rodrigo Lofrano – Diretor (OGU)

de avaliação, e que o trabalho é complexo e foi incorporado na agenda da OGU para 2024, e será apresentado na próxima reunião.	
Apresentou os temas específicos e produtos do GT3. Falou sobre o Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, iniciativa que convida as empresas a fazerem uma declaração pública de adoção de melhores práticas. A CGU vai disponibilizar às empresas aderentes uma ferramenta eletrônica de autoavaliação que lhes permita obter um autodiagnóstico sobre seus programas de integridade.	Marcelo Pontes Vianna Secretário (SIPRI)
Questionou se as iniciativas do GT3 abarcarão a integridade pública em sentido amplo, para setores econômicos importantes e fundamentais na nossa economia, como o agro, por exemplo, que recebe recursos públicos de diversas naturezas.	Sérgio Andrade (Agenda Pública)
Informou que o Pacto Brasil vem preencher uma lacuna não contemplada pelo Pró-Ética, e pretende ser amplo o suficiente para contemplar todos os setores. Para isso, em um primeiro momento, o objetivo consiste em traçar estratégias com abordagem específica para setores que precisem de uma sensibilização maior.	Marcelo Pontes Vianna
Questionou se os tópicos citados nos produtos previstos para o GT3 serão normatizados pela CGU e se serão usados como parâmetro de integridade.	Francisco Bessa
Disse que o momento é propício para regulamentação de direcionamentos relacionados à integridade, e que a avaliação do item é relevante para que as propostas sejam efetivas.	Marcelo Pontes Vianna
Citou que sentiu falta do tema da infraestrutura e sugeriu que seja trazido ao debate, e que deve haver não apenas a perspectiva pública, mas também privada.	Maria Dominguez (Transparência Internacional Brasil)
Enfatizou questões sobre sonegação fiscal e cumprimento de obrigações tributárias pelas empresas, e que o assunto deve ser debatido com mais direcionamento.	Gilberto Amaral (IBPT)
Ratificou a importância dos assuntos propostos e indicou que serão considerados com mais intensidade na reflexão futura.	Marcelo Pontes Vianna
Falou sobre a importância da interlocução para paridade de estado e sociedade civil.	Carol Venuto (ABRIG)
Ratificou a importância dessa interlocução.	Marcelo Pontes Vianna
Ressaltou que é preciso trazer as empresas para o debate de construção de novos padrões e paradigmas a serem implementados. Falou da importância do controle e da auditoria para acompanhamento desse pacto de integridade empresarial. Citou a	Vinícius Marques de Carvalho

necessidade de conectar o debate sobre integridade e anticorrupção com a agenda ESG, de direitos humanos, proteção socioambiental etc.	
Acrescentou o escopo da responsabilidade da integridade privada em relação à sua cadeia de valor. A responsabilização das empresas ajudou no processo de combate ao trabalho escravo.	Felipe Saboya (Instituto Ethos)
Lembrou que, no âmbito do 6º Plano de Ação de Governo Aberto do Brasil, foi inserido compromisso relativo à melhoria da transparência e espaço da participação social nos projetos de grandes obras de infraestrutura no país, e que é preciso buscar identificar oportunidades de melhoria no processo de participação social. Convidou as organizações presentes a se engajarem com a execução deste compromisso caso tenham interesse.	Marcelo Vidal – Coordenador-Geral (SIP)
Apresentou os temas específicos e produtos do GT4. Mencionou a agenda federativa com enfoque de fomentar a colaboração entre entes federados na temática de transparência e acesso à informação pública. Falou sobre controle social, agenda nacional, e relatórios de contribuições e checklist da Escala Brasil Transparente (EBT).	Fernanda Calado – Chefe de Gabinete (SNAI)
Chamou a atenção para a questão municipal, considerando que a bandeira de governo aberto perdeu um pouco de força no nível subnacional. Destacou a rede nacional de transparência e acesso à informação, que é importante que venha acompanhada de uma campanha para que o tema seja percebido como relevante para estados e municípios. Mencionou que para o início dos mandatos de 2025, isso pode significar uma ressocialização dos novos gestores em uma cultura de governo aberto e transparência, e que a comunicação será decisiva para reapresentação da agenda de uma forma mais envolvente. Uma nova participação social, menos burocrática.	Sérgio Andrade
Falou sobre os assuntos que vêm sendo discutidos e atividades desenvolvidas nos GTs para além do que está apresentado na reunião ordinária, que os temas estão conectados. Mencionou a importância de devolutivas quanto às contribuições do grupo em levantamentos como aqueles feitos no âmbito do GT4, em que a área fez o relatório detalhando o que pode e não pode ser feito, e que este retorno configura accountability. Falou sobre a necessidade de a sociedade assumir a coordenação de algumas atividades. Questionou qual a expectativa da CGU quanto às contribuições.	Paula Chies Schommer (Udesc – Grupo de Pesquisa Politeia)
Relatou frustração pelo pouco tempo e espaço de conversa e deliberação sobre as temáticas propostas, em uma reunião tão curta. Salientou que os produtos de acesso à informação precisam ser mais objetivos. Citou a necessidade de criar espaços, procedimentos e atos normativos que possam garantir que a sociedade civil seja recebida em espaços do governo. Considerou que é preciso chancela da CGU	Maria Vitória (Fiquem Sabendo)

para serem atendidos pelos outros órgãos. Pontou que o Fala.BR tem alguns anos e o avanço para estados e municípios é incipiente, sendo necessário pensar em formas dos municípios regulamentarem LAI e adesão ao Fala.BR, algo maior que uma campanha.	
Esclareceu que os canais de comunicação com a CGU não estão restritos às reuniões presenciais, mas estão abertos, inclusive por grupos do whatsapp, e que é preciso avançar para ambientes sistematizados, como um fórum, por exemplo. Reforçou que o conselho tem o repositório do Google Drive, onde está inserido o plano de trabalho, o qual está aberto para comentários de todos os membros titulares, suplentes e convidados. E, para consulta, está aberto a qualquer cidadão. Salientou que o tema de capacitação para o controle social é um exemplo de atuação transversal e está presente em dois GTS, e no GT4 há um questionário para que as instituições informem as capacitações que já realizam, o qual será reaberto para contribuições. Destacou a presença dos superintendentes regionais da CGU na reunião e que essas unidades estão de portas abertas para receber os conselheiros, especialmente para atuação conjunta nas ações desenvolvidas nos municípios.	Fábio Félix
Mencionou o programa nacional de transparência pública patrocinado pelo TCU, e sugeriu que a iniciativa do tribunal pudesse ser compartilhada no GT4 para que haja um <i>crossover</i> de iniciativas e sejam evitadas as superposições que resultam em perda de eficiência de esforços.	Francisco Bessa
Pontuou a necessidade de focar esforços em formar servidores nos estados e municípios, pois percebe que eles se sentem abandonados, pressionados e temerosos em relação ao que lhes é cobrado, sem que haja a devida instrução.	Maria Vitória
Sugeriu que as reuniões sejam feitas pelo Zoom, ou repensar o modelo de reunião, para que haja interação entre os GTs, para que seja mais reflexiva. Precisa de um espaço para trazer a transversalidade dos temas tratados em cada GT, ou trazer o conteúdo para o grupo.	Katia Brembatti (Abraji)
Esclareceu que a reunião curta era importante no contexto da semana, tendo em vista os demais eventos ocorridos, e destacou a importância de ter a presença dos superintendentes, pois isso facilita o trabalho na dimensão federativa.	Vinícius Marques de Carvalho
Agradeceu as contribuições e mencionou que o trabalho produzido no GT não se esgota neste plano, e até maio de 2025 espera-se que haja novas iniciativas e ideias que surjam e possam ser debatidas e promovidas.	Fernanda Calado

ATA n° 04
2º REUNIÃO ORDINÁRIA

Falou sobre o ACT com a Petrobrás, a fim de disponibilizarem o código fonte de seu sistema de tarjamento de informações pessoais nos documentos. Trata-se de uma demanda dos órgãos para facilitar o tratamento das informações dos pedidos de LAI e a ferramenta será desenvolvida para o Fala.BR, e isso pode ser um atrativo para entes subnacionais. Para 2024 serão priorizadas capacitações para servidores dos municípios e estados.	Ana Túlia – Secretária (SNAI)
Informou que serão disponibilizados questionários de autoavaliação para estados e municípios, em formato mais simples que o da EBT. Apesar do foco na transparência passiva, também há uma parte de avaliação em transparência ativa. Haverá treinamentos sempre que necessário, pois a cada gestão os SICs se reestruturam.	Cibelle Brasil – Diretora (SNAI)
Falou sobre a experiência de avaliação de questionários aplicados aos entes federativos, a convite do TCU, o que resultou na percepção de que os prefeitos dos municípios muitas vezes não agem por má fé, mas por falta de capacitação, e salientou que o questionário também tem objetivo de formação, pois antes de cada questão tem uma “boa prática”. Parabenizou o engajamento de todos que estão envolvidos neste processo.	Graziela Dias (UnB)
Sugeriu que a pauta das próximas reuniões seja definida com antecedência e que haja abertura para que os membros possam sugerir pauta.	Paula Chies Schommer
Declarou que as próximas reuniões serão pensadas dessa forma. Importante pensar também em compartilhamento dos trabalhos dos GTs e propor um calendário para o ano.	Fábio Félix

6. Encerramento

Convidou a todos para o coquetel de encerramento da Conferência Internacional de Integridade Pública às 18:30 no novo prédio da CGU, e para o Dia Internacional Contra a Corrupção em 07/12 às 10h no Teatro Pouplex. Agradeceu a presença e participação de todos e encerrou a reunião.	Vinícius Marques de Carvalho
--	------------------------------

7. Links de referência

Plano de Trabalho do CTICC no Google Drive: bit.ly/planoCTICC

Galeria de fotos: <https://bit.ly/FotosCTICC2>

Página do CTICC: <https://bit.ly/siteCTICC>